



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639990 - SP (2021/0012447-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ROGERIO SENE PIZZO
ADVOGADO : ROGÉRIO SENE PIZZO - SP258294
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS QUEIROZ BORGES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS QUEIROZ BORGES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2293718-38.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 11/12/2020 por prática descrita no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar.

Aduz que o paciente tem bons predicados pessoais e que é ínfima a quantidade de droga apreendida (12,73 gramas de maconha).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, constata-se que não há demonstração de flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois consta do voto do relator (fls. 81/82):

Os fatos em apuração revestem-se, em seus contornos concretos, de extrema gravidade, pois, segundo consta, há prova da materialidade delitiva e dos indícios de autoria do crime de tráfico de drogas, valendo dizer que foi apreendida, além da maconha, uma alta quantia em dinheiro em poder do paciente.

Tais fatos, data vênia, não podem ser menos prezados pelo Poder Judiciário com resposta penal incompatível à conduta perpetrada, sendo a prisão cautelar necessária à garantia da ordem pública.

Logo, a manutenção da prisão do paciente pelos motivos delineados pelo i. Magistrado está lastreada em elementos concretos, extraídos dos autos, justificando-se satisfatoriamente sobre a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, motivo pelo qual não vislumbro qualquer ilegalidade que venha a inquinar referido ato.

Importante destacar ainda que as medidas cautelares pessoais não se mostram proporcionais à conduta em tese praticada, pois são brandas em relação ao ímpeto criminoso demonstrado pelo paciente, que, não se intimidou na prática do tráfico e guardava em sua residência a droga apreendida.

Assim, diante da prova da existência do crime,

dos indícios suficientes de autoria, das circunstâncias em que os acontecimentos se deram, a prisão do paciente deve ser mantida.

Fica também afastada a alegação de primariedade, residência fixa e ocupação lícita, valendo à pena mencionar julgado da mesma Corte Superior no sentido de que: “Primariedade, residência fixa e trabalho lícito são circunstâncias que, por si sós, não inviabilizam a medida constritiva. (...)” (STJ HC 25745SP Rel. I. Min. JOSÉARNALDO DA FONSECA, J. 03/04/03, DJU 28/04/03, P. 223).

No mais, observo que o Habeas Corpus não é o meio adequado para o acolhimento de insurgência quando às questões de mérito da ação penal, sendo certo que o esclarecimento do ocorrido e o alcance do envolvimento do paciente depende de prova que só pode ser produzida ao longo da regular instrução do feito original

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não ficou evidenciada, de plano, a alegada flagrante ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência